

16º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2025

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NA CIDADE DE SALTO/SP: Diálogos entre as Secretarias de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo

VITÓRIA B. M. DE ALMEIDA¹, CATHIA ALVES²

¹ Estudante do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Informática para Internet, Bolsista PIBIFSP, IFSP, Campus Salto, betricia.vitoria@aluno.ifsp.edu.br.

² Doutora em Estudos do Lazer, Docente, Orientadora PIBIFSP, IFSP, Campus Salto. Integrante NEABI. cathiaalves@ifsp.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 4.09.00.00-2 Educação Física

RESUMO: Este projeto de pesquisa em andamento, tem como objetivo diagnosticar o ciclo das políticas públicas de lazer na cidade de Salto/SP, a partir dos diálogos com as secretarias municipais de Esporte e Lazer, Cultura e Turismo. Busca-se compreender como essas políticas são formuladas, implementadas, executadas e avaliadas, considerando também os processos de formação dos profissionais envolvidos, o acompanhamento e controle social, bem como as formas de financiamento. A pesquisa parte da compreensão do lazer como direito social e dimensão da cultura, e reconhece o papel das secretarias municipais na concretização das políticas públicas. O estudo tem como metodologia a revisão bibliográfica, análise documental de fontes oficiais e a realização de entrevistas com os gestores das três secretarias citadas. Até o momento, os secretários já autorizaram participação, o projeto foi aprovado no Comitê de Ética, e a próxima etapa é o início das entrevistas. Além do diagnóstico técnico-administrativo, o estudo busca verificar se as políticas públicas municipais de lazer contemplam as interseccionalidades, como gênero, raça e classe social. Pretende-se, com isso, contribuir para a compreensão crítica e qualificada da atuação do poder público no campo do lazer e colaborar com o aprimoramento de práticas mais inclusivas, democráticas e eficazes no município. Até o momento, pela revisão bibliográfica da temática, encontramos que as etapas de controle social e financiamento são as mais desafiadoras no que diz respeito às políticas de lazer.

PALAVRAS-CHAVE: gestão municipal; interseccionalidade; inclusão social; cultura; esporte; turismo

PUBLIC LEISURE POLICIES IN THE CITY OF SALTO/SP: THE MANAGEMENT PERSPECTIVE ON SPORTS, TOURISM, AND CULTURE

ABSTRACT: This ongoing research project aims to diagnose the cycle of public leisure policies in the city of Salto, São Paulo, based on discussions with the municipal departments of Sports and Leisure, Culture, and Tourism. The aim is to understand how these policies are formulated, implemented, executed, and evaluated, also considering the training processes of the professionals involved, monitoring and social control, as well as financing methods. The research is based on the understanding of leisure as a social right and a dimension of culture, and recognizes the role of municipal departments in implementing public policies. The study's methodology includes a bibliographic review, document analysis of official sources, and interviews with managers from the three aforementioned departments. To date, the secretaries have authorized participation, the project has been approved by the Ethics Committee, and the next step is to begin interviews. In addition to the technical-administrative diagnosis, the study seeks to verify whether municipal public leisure policies address intersectionalities, such as gender, race, and social class. The aim is to contribute to a critical and qualified understanding of public authorities' actions in the field of leisure and to collaborate in the improvement of more inclusive, democratic, and effective practices in the municipality. To date, our literature review on the topic has revealed that the social oversight and financing stages are the most challenging when it comes to leisure policies.

KEYWORDS: municipal management; intersectionality; social inclusion; culture; sports; tourism

INTRODUÇÃO

A partir do conceito de lazer como necessidade humana e dimensão da cultura (GOMES, 2014), este estudo busca identificar os saberes dos gestores públicos das secretarias municipais de Esporte e Lazer, Cultura e Turismo da cidade de Salto/SP, para compreender o ciclo da política pública de lazer no município. O lazer é um direito social que exige ações específicas das políticas públicas para sua oferta, manutenção e acesso a diferentes grupos.

Políticas públicas referem-se às condutas das autoridades voltadas para obter resultados por meio de decisões coletivas e planejadas (Menicucci, 2008). A cidade de Salto/SP está organizada em 15 secretarias municipais, responsáveis pela implantação e execução das políticas locais, com atribuições que incluem assessorar o(a) Prefeito(a), preparar normas e decisões, além de promover sua publicação e preservação.

Dentre elas, as secretarias de Esporte e Lazer, Cultura e Turismo atuam diretamente nas políticas de lazer, justificando seu papel central neste estudo. Os secretários foram contatados, autorizaram a participação, o projeto foi aprovado no Comitê de Ética sob o parecer nº 7.683.822 e a próxima etapa é o agendamento das entrevistas.

As políticas públicas de lazer envolvem a democratização cultural, considerando a relação entre usuários, profissionais e equipamentos públicos, observando usos, adaptações e expectativas (Marcellino, 2015).

O objetivo é diagnosticar o ciclo das políticas públicas de lazer em Salto, analisando formulação, implementação, execução, formação profissional, acompanhamento, controle social, avaliação e financiamento. A coleta de dados inclui revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. Também se investiga a inclusão das minorias sociais nas políticas das secretarias.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa combina metodologias pós-críticas do campo educacional (Paraíso, 2004, 2012), análise de conteúdo (Bardin, 2011) e estudo de caso, aplicada ao campo do lazer. As metodologias pós-críticas oferecem estratégias para investigar o objeto, buscando desconstruir barreiras e eliminar oposições. O estudo de caso, segundo Lüdke e André (1986), consiste em investigação empírica fundamentada em trabalho de campo, adequada para analisar a gestão pública em uma cidade do interior paulista.

A revisão bibliográfica aborda o ciclo das políticas públicas de lazer, incluindo financiamento, avaliação e implementação, além da formação e atuação dos profissionais responsáveis pela gestão e execução dessas políticas. Informações mais detalhadas sobre o perfil dos profissionais serão obtidas nas próximas etapas, por meio de entrevistas.

O estudo focaliza as secretarias municipais de Cultura, Esportes e Lazer, e Turismo da cidade de Salto/SP. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os respectivos secretários, com duração prevista entre uma e uma hora e meia, abordando temas pré definidos no roteiro. As entrevistas serão gravadas e transcritas posteriormente.

A coleta de dados também inclui pesquisa documental e análise do site da prefeitura para caracterizar as secretarias e suas funções. A análise dos dados seguirá a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), utilizando categorias pré-definidas relacionadas ao perfil dos secretários, experiências profissionais, planejamento e implementação das políticas, formação dos servidores, acompanhamento, avaliação, financiamento e interseccionalidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Salto é um município que possui diversos espaços e equipamentos de lazer, oferecendo práticas variadas como teatro, parques, praças, ginásios, academia e piscina pública, biblioteca, entre outros (Avila; Alves, 2020; Santos; Alves, 2021; Alves, 2022). Esses espaços refletem a política pública posta em prática, que se manifesta na experiência cotidiana dos moradores.

A Secretaria de Cultura gerencia locais como a Casa da Cultura, Sala Palma de Ouro, Biblioteca Municipal, Museu da Cidade, Conservatório Municipal e Polo Cultural. Já a Secretaria de Esportes e Lazer administra o Ginásio Municipal, Complexo Aquático, Centros Esportivos “João Luiz Guarda” e “Prof. José Carlos Buglia”, Estádio Municipal “Amadeu Mosca” e a Academia Municipal.

Além dos equipamentos, Salto promove eventos anuais, como Carnaval, Festa Ítalo-Saltense, Festa Nipo-Brasileira e Festa do Salto, além de uma agenda cultural mensal, com destaque para teatro e feiras de artesanato. Entre os atrativos turísticos, destacam-se o Complexo da Cachoeira, Parque Natural Ilha da Usina, Memorial do Tietê, entre outros pontos de interesse histórico e natural (Avila e Alves, 2020; Santos e Alves, 2021; Alves, 2022).

A cidade oferece ainda espaços voltados a atividades físico-esportivas, como ginásios, centros esportivos, praças com quadras e academias ao ar livre, além da ciclovia Salto-Itu. As opções de lazer contemplam diferentes faixas etárias e interesses, promovendo cultura, esporte e entretenimento para a população.

No que se refere à infraestrutura urbana, Salto apresenta índices elevados de saneamento básico e arborização, posicionando-se acima da média em relação a outros municípios do estado de São Paulo e do Brasil (IBGE, 2019).

Pesquisas anteriores indicam que, apesar da ampla oferta de espaços de lazer, as ações concretas em eventos, projetos e programas específicos ainda são limitadas (Avila e Alves, 2020; Santos e Alves, 2021). Além disso, no campo do esporte e lazer, há uma carência de estudos aprofundados sobre o controle social dessas políticas, apontando a necessidade de avanços teóricos e práticos para fortalecer essa dimensão (Alves et al., 2011; Alves, Silva, Sarto & Marcellino, 2012).

Este estudo busca analisar a gestão das políticas públicas de lazer em Salto/SP, reconhecendo sua importância para a garantia do direito ao lazer e ao bem-estar social da população.

A Secretaria de Esporte e Lazer de Salto conta com uma estrutura ampla, composta por complexos esportivos, ginásios, centros de lazer e quadras espalhadas pelos bairros. Destacam-se o Ginásio Municipal “João Sebastião Ferraro”, que oferece atividades como basquetebol, voleibol e lutas, especialmente para a terceira idade; o Centro Esportivo “João Luiz Guarda” (conhecido como “Buracão”), que oferece futsal e handebol; e o Estádio Municipal “Amadeu Mosca”, usado para futebol de campo e atletismo, com funcionamento estendido. O Complexo Aquático disponibiliza turmas de natação para condicionamento físico, e o Centro de Lazer “Geraldo José Fabri” oferece espaço para futebol e bocha, sendo bastante frequentado pela comunidade (SALTO, 2025).

A secretaria tem como missão apoiar, desenvolver e incentivar a prática esportiva e de lazer, abrangendo planejamento, programação, organização e supervisão de atividades recreativas e educacionais. Administra os espaços públicos, promove o esporte amador e estimula a participação popular, além de firmar parcerias com ligas, federações e empresas para fortalecer o setor. Também atua no planejamento de investimentos, incentivando a inclusão de idosos e pessoas com deficiência (SALTO, 2025).

A Secretaria de Turismo organiza e promove as atividades turísticas, planejando ações para divulgar as atrações locais e fortalecer o turismo, importante para a economia e cultura do município. Salto, reconhecida como Estância Turística do Estado de São Paulo, possui atrativos como o Complexo da Cachoeira, Parque Natural Ilha da Usina e Museu da Cidade “Ettore Liberalesso”. O Posto de Informações Turísticas, no Centro, facilita o acesso dos visitantes (SALTO, 2025).

A secretaria assessora a administração municipal na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social, promovendo capacitação profissional, geração de emprego e diálogo com setores produtivos. Também atua na modernização dos distritos industriais e na celebração de convênios que favorecem o turismo e outros setores estratégicos (SALTO, 2025).

A Secretaria de Cultura promove e preserva a diversidade cultural da cidade, contando com espaços como o Centro Cultural, Conservatório Municipal “Maestro Henrique Castellari”, Polo Cultural Santa Cult, Sala Palma de Ouro, Teatro Giuseppe Verdi e Biblioteca Municipal. Esses locais oferecem aulas, oficinas, exposições e eventos, fortalecendo a identidade cultural local e o acesso à arte e à história (SALTO, 2025).

Entre suas atribuições, destacam-se o planejamento e execução de políticas culturais, o apoio a grupos artísticos, a promoção de eventos e a preservação do patrimônio cultural material e imaterial. Também administra equipamentos culturais distribuídos pela cidade e oferece oficinas artísticas nos bairros (SALTO, 2025).

Marcellino (2001) define a política pública de lazer como um processo complexo que envolve diversas dimensões das obrigações humanas. Para ele, é fundamental reduzir a jornada de trabalho sem diminuir salários, garantir transporte público eficiente, reordenar o uso do solo urbano e formar profissionais capacitados, pois o lazer não pode ser tratado isoladamente, mas integrado às ações humanas.

A política pública de lazer vai além de eventos assistencialistas; deve envolver o ser humano em sua totalidade, valorizando-o como produtor cultural, para que as práticas tenham significado e promovam experiências conscientes e críticas (Alves, Baptista e Isayama, 2018).

Neste estudo, buscamos entender como os gestores das secretarias de Turismo, Esporte e Cultura de Salto/SP planejam, executam e financiam as políticas de lazer, além de analisar a gestão dos recursos públicos, as parcerias institucionais e a formação dos profissionais envolvidos. Também, compreender como a interseccionalidade de gênero, raça e classe é considerada no acesso ao lazer como direito social.

A gestão do lazer envolve organização administrativa e articulação de ações educativas e culturais inclusivas, conectando esse direito a outros direitos sociais essenciais. O “direito à cidade” e o “direito ao lazer” se relacionam com lutas sociais e demandam investimentos e educação para garantir o acesso democrático aos espaços urbanos (Lefebvre, 2009; Magnani, 2015).

Para Raimundo e Sarti (2016), o lazer e o turismo nos equipamentos públicos favorecem o encontro dos sujeitos com a natureza e contribuem para a garantia de direitos. No contexto brasileiro, as políticas públicas de lazer estão ligadas à educação, cultura, turismo e esporte, mas ainda carregam um viés assistencialista e de controle social, muitas vezes limitando a participação e a autonomia comunitária (Alves, Baptista e Isayama, 2018).

Esse cenário resulta em duas tendências: práticas de resistência elaboradas pelas comunidades periféricas e programas sociais governamentais conservadores e alienantes (Alves, 2022). Em Salto, o turismo destaca-se como atrativo principal, e a política de lazer se baseia nos parques ao redor do rio Tietê, com pouca ênfase direta ao lazer nas secretarias (Alves, 2022; Santos e Alves, 2021).

O ciclo das políticas públicas envolve formulação, implementação, avaliação e financiamento. A formulação é o início do processo, onde os atores sociais definem metas e recursos, refletindo seus interesses (Menicucci, 2008; Rua, 1998). A implementação exige competências e adaptação à realidade local, sendo um processo dinâmico e não linear (Rua, 1998).

O acompanhamento e a avaliação são essenciais para garantir a efetividade das políticas, mas historicamente são frágeis nas políticas de esporte e lazer, diferentemente de outras áreas, como a educação (Bonalume, 2008; Alves et al., 2011). O controle social, previsto desde a Constituição de 1988, depende de critérios compartilhados entre comunidade, gestão e profissionais (Bonalume, 2007).

A avaliação busca melhorar decisões e garantir a consecução dos objetivos, mas enfrenta desafios pela complexidade social e política (Faria, 2003; 2005). Deve envolver métodos para relacionar programas e resultados e detectar impactos reais das ações (Menicucci, 2008; Bravo et al., 2021).

Quanto ao financiamento, as políticas sociais brasileiras foram marcadas por desigualdades e execuções fragmentadas, embora a Constituição de 1988 tenha ampliado a cobertura e proteção social (Oliveira e Duarte, 2005). No âmbito municipal, o financiamento ao esporte e lazer enfrenta desafios e escassez de estudos, apesar de avanços como fundos específicos e orçamentos participativos (Grasso e Isayama, 2017).

Em Salto/SP, analisar o financiamento das políticas públicas de lazer é crucial para compreender o contexto local e contribuir para um debate mais amplo sobre o tema.

CONCLUSÕES

A pesquisa realizada até o momento permitiu uma análise sistemática das secretarias de Esporte e Lazer, Turismo e Cultura do município de Salto/SP, com foco na estrutura, atribuições e integração das políticas públicas de lazer. A coleta e análise documental, somadas à consulta aos portais oficiais e

à bibliografia especializada, evidenciam que, embora existam estruturas físicas e programáticas consolidadas, como centros culturais, ginásios e parques, ainda há desafios na articulação intersetorial e no planejamento integrado dessas políticas.

Observou-se que o termo "lazer" aparece diluído entre ações de cultura, esporte e turismo, o que impacta sua efetividade como direito social. As políticas carecem de uma abordagem transversal e inclusiva, que considere as diversidades sociais e culturais do município. Também foi identificada a carência de dados financeiros detalhados, a escassez de instrumentos de monitoramento e avaliação, além da limitada inclusão de grupos sociais vulneráveis nas estratégias de lazer.

Apesar das limitações, a pesquisa aponta caminhos promissores, destacando a importância de integrar o lazer a outras políticas sociais, como educação e saúde, fortalecendo sua função de promoção da cidadania e do bem-estar. As próximas etapas incluem entrevistas com gestores e representantes da comunidade, aprofundando a compreensão sobre financiamento, participação social e desigualdades no acesso.

Espera-se que o estudo contribua para a formulação de políticas públicas mais democráticas, eficazes e sensíveis às especificidades locais, ampliando o reconhecimento do lazer como direito social fundamental e instrumento de transformação cultural e social.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

V.B. realizou a leitura dos materiais indicados, elaborou fichamentos sobre financiamento e avaliação de políticas públicas, produziu os textos preliminares e organizou os resultados da pesquisa. C.A. contribuiu com materiais sobre o ciclo das políticas públicas, supervisionou todas as etapas e realizou a revisão do conteúdo produzido. As leituras dos autores citados ao longo do projeto foram fundamentais para a identificação e análise das políticas públicas relacionadas ao lazer.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. Atuação de monitores em parques: o cenário da cidade de Salto – SP. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 22–41, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/36028>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ALVES, C.; BAPTISTA, M. M.; ISAYAMA, H. F. Formulação e implementação do Programa Escola da Família: onde está o lazer? *Arquivos em Movimento*, v. 14, n. 1, p. 97-114, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/am/article/view/17824>.

ALVES, C.; SILVA, D A. M.; SARTO, K; MARCELLINO, N. C. Lazer, políticas públicas não governamentais e estudos conceituais, na revista *Licere. Revista de Educação Física/UEM*, v. 23, n. 2, p. 239-249, 2º trim. 2012.

AVILA, A. I.; ALVES, C. Estudo de caso: os servidores do IFSP e o lazer na cidade de Salto SP. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p. 63-85, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/20867>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BONALUME, C. R. *Controle social das políticas de esporte e lazer*. Campinas: Alínea, 2008.

BONALUME, C. R. Programa Esporte e Lazer da cidade: controle social no Programa Esporte e Lazer na cidade. In: MARCELLINO, Nelson C.; FERREIRA, Marcelo P. de A. (org.). *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer na cidade*. v. I, jan. 2007.

BRAVO, Gonzalo et al. Processo de avaliação em políticas públicas de esporte e lazer. In: MENEZES, Vilde G. (org.). *Políticas públicas em gestão do esporte e lazer*. Recife: UFPE, 2021. Cap. 6.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, out. 2005.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, fev. 2003.

GRASSO, R. P.; ISAYAMA, H. F. Financiamento e políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão no município de Santarém/PA (2005-2012). *Revista Brasileira de Ciências do Movimento*, v. 25, n. 1, p. 151-167, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.31501/rbcm.v25i1.7121>. Acesso em: 09 abr. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Panorama Salto*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/salto/panorama>. Acesso em: 29 jun. 2025.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas I*. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNANI, J. G. C. O direito social ao lazer na cidade no nosso tempo. In: GOMES, Christianne L.; ISAYAMA, Hélder F. (org.). *O direito social ao lazer no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2015.

MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. *Políticas públicas de lazer*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2015.

MENEZES, V. G. et al. Esporte no Brasil e sua importância para os municípios. In: MENEZES, Vilde G. (org.). *Políticas públicas em gestão do esporte e lazer*. Recife: UFPE, 2021. Cap. 2.

MENICUCCI, T. M. G. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, Meily A. (org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 25-44.

MENICUCCI, T. M. G.; BRASIL, F. de P. D. Construção de agendas e inovações institucionais: análise comparativa da reforma sanitária e da reforma urbana. *Estudos Sociológicos*, Araraquara, v. 15, n. 29, p. 369-396, 2010. Disponível em: http://www.eg.fjp.mg.gov.br/publicacoes/ver_textos.php?categoria=3&subcategoria=20. Acesso em: 29 jun. 2025.

PARAISO, M. A. Contribuições dos estudos culturais para a educação. *Presença Pedagógica*, v. 10, n. 55, jan./fev. 2004.

PARAISO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar E.; PARAISO, Marlucy A. (org.). *Metodologias de pesquisas pós-crítica em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

RUA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das G.; CARVALHO, Maria I. (org.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SALTO. *Plano Diretor de Turismo: Estância Turística de Salto*, 2018. Publicado em 2019. Disponível em: <https://salto.sp.gov.br/download/PDT%20SALTO%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>.

SALTO. Prefeitura Municipal. Secretaria de Cultura. Disponível em: <https://salto.sp.gov.br/secretaria-de-cultura/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SALTO. Prefeitura Municipal. Secretaria de Esportes e Lazer. Disponível em: <https://salto.sp.gov.br/secretaria-de-esportes-e-lazer/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SALTO. Prefeitura Municipal. Secretaria de Turismo. Disponível em: <https://salto.sp.gov.br/secretaria-de-turismo/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTOS, S. F. dos; ALVES, C. Políticas públicas: os parques da cidade de Salto – SP e o lazer. *Corpoconsciência*, v. 25, n. 1, p. 105-120, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51283/rc.v25i1.11808>. Acesso em: 29 jun. 2025.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.